

Ivan Ferreira da Cunha
Jonas Rafael Becker Arenhart
Cezar Augusto Mortari
(orgs.)

Justiça e Democracia:
Discussões do X Simpósio
Internacional Principia

*Nefi*online
Florianópolis
2018

NEFIPO

Núcleo de Ética e Filosofia Política

Coordenador: Denilson Luís Werle

Campus Universitário – Trindade – Florianópolis

Caixa Postal 476 Departamento de Filosofia – UFSC

CEP: 88040-900

<http://www.nefipo.ufsc.br>

FICHA CATALOGRÁFICA

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina)

J96 Justiça e democracia [recurso eletrônico]: discussões do X Simpósio Internacional Principia / organizadores, Ivan Ferreira da Cunha, Jonas Rafael Becker Arenhart, Cezar Augusto Mortari. – Dados eletrônicos. – Florianópolis : Néfipo/CFH/UFSC, 2018.
111 p. – (Nefiponline)

Inclui bibliografia.

Resultado do X Simpósio Internacional Principia, realizado em agosto de 2017, Florianópolis, Santa Catarina.

ISBN 978-85-99608-20-3

E-book (PDF)

1. Política – Filosofia. 2. Justiça (Filosofia). 3. Democracia – Filosofia.
4. Ética – Filosofia. I. Cunha, Ivan Ferreira da. II. Arenhart, Jonas Rafael Becker. III. Mortari, Cezar Augusto. IV. Série.

CDU: 32:1

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

Licença de uso Creative Commons:

(<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/deed.pt>)



O problema da normatividade em Hayek

AMARO FLECK

Em seu pensamento tardio — em especial naquela que talvez seja sua obra magna, a saber, *Direito, legislação e liberdade*, obra composta de três volumes publicados em 1973, 1976 e 1979 — o filósofo e economista austríaco Friedrich August von Hayek faz uma engenhosa crítica às tentativas de se organizar a sociedade por meio de interferências governamentais no mercado. Para Hayek, estas tentativas conduzem a formação de uma economia planejada, o que para ele é sinônimo de socialismo. Hayek não se limita, contudo, a fazer um exame dos efeitos do planejamento. Ele também busca investigar as bases filosóficas subjacentes ao planejamento e ao socialismo, que para ele remontam ao começo da filosofia moderna, mais precisamente a Descartes e a Hobbes, que são por assim dizer os fundadores do que ele denomina de “construtivismo racionalista”.

Neste trabalho eu gostaria de fazer uma breve exposição da crítica de Hayek ao planejamento. Interessa-me, sobretudo, investigar quais são os critérios normativos subjacentes a tal crítica. Esta não é uma tarefa fácil. Hayek argumenta que não se trata de uma querela acerca de valores. Isto é, ele não busca mostrar que há valores melhores do que aqueles que os defensores da ordem planejada apoiam. De acordo com ele, sua crítica não diz respeito a concepções de vida boa ou de justiça divergentes. Trata-se, antes, de uma querela sobre fatos. Nas próprias palavras do pensador austríaco:

Todas as doutrinas totalitárias, das quais o socialismo é apenas a mais nobre e a mais influente, enquadram-se nessa categoria. São falsas, não por causa dos valores em que se fundam, mas por causa da sua concepção errônea das forças que tornaram possíveis a Grande Sociedade e a civilização. A demonstração de que as diferenças entre socialistas e não-socialistas residem, em última análise, em questões puramente intelectuais, passíveis de uma solução científica, e não em juízos de valor divergentes, é, a meu ver, um dos mais importantes resultados da linha de pensamento seguida neste livro. (Hayek 1985a, p.xlv)

Em outras palavras, os socialistas e demais defensores de uma ordem planejada se equivocam sobre “as forças que tornaram possíveis a Grande Sociedade e a civilização”. Eles desconhecem como a sociedade evoluiu, passando das pequenas hordas nômades e simples às complexas civilizações dependentes de uma cada vez maior especialização das tarefas. O problema é que Hayek é um bom leitor de Hume. Por conseguinte, sabe o que é uma falácia naturalista. Ele mesmo a formula nesta obra. Cito-o: “nenhuma inferência válida permite passar de uma afirmação que contém apenas uma descrição de fatos a uma afirmação do que deveria ser” (Hayek 1985a, p.91); e, logo após, “o que essa circunstância revela é apenas que, de uma simples constatação de fatos, não se pode inferir nenhuma afirmação relativa à ação apropriada, desejável ou oportuna, nem qualquer decisão sobre a necessidade de qualquer ação” (Hayek 1985a, p.91).

Seu conflito com os defensores do planejamento, no entanto, não é sobre a gênese da civilização, e sim sobre qual o melhor modo de geri-la. Por conta disso Hayek precisa transpor o abismo existente entre sua premissa, descritiva, de que os planejadores se equivocam sobre o modo como as civilizações evoluíram para sua conclusão, prescritiva, de que eles se equivocam sobre como se deve governar uma sociedade, a saber, se interferindo no mercado ou se deixando ele se autogerir. Para isso Hayek recorrerá à teoria da evolução, modificando-a. Argumento, aqui, que Hayek não é, e nem poderia ser, bem sucedido nesta transposição.¹ Antes disso, porém, é preciso expor com mais minúcia a crítica hayekiana. É o que faço a partir de agora.

1. “Crítica da razão política”

A argumentação de Hayek opera por meio de divisões binárias, e por isso pode ser facilmente esquematizada. Todas elas parecem ser ao mesmo tempo descritivas e prescritivas. Estas divisões se referem a quatro níveis diferentes. A primeira delas trata da limitação ou não da razão, isto é, de se reconhecer que a razão humana não é onipotente, que ela não é capaz de conhecer tudo (em especial em uma sociedade complexa). Este nível se dá em um âmbito individual. Para Hayek os socialistas e demais defensores do planejamento não reconheceriam tal limitação.

A segunda diz respeito à concepção filosófica que se segue da limitação ou não da razão. Aqueles que pensam que a razão é onipotente defenderão o “constructivismo racionalista”, que diz que a sociedade deve ser organizada racional e

intencionalmente, de tal modo que consiga realizar determinados fins. Quem reconhece os limites da razão, no entanto, adota uma perspectiva diferente. Este acredita que a sociedade se desenvolve de forma espontânea, isto é, de maneira não intencional e inconscientemente.

O terceiro nível de argumentação lida com as instituições propriamente ditas e a ordem social que elas formam. Tanto instituições quanto ordens sociais podem ser espontâneas ou produzidas. Os adeptos do planejamento argumentariam, de acordo com o austríaco, que as instituições produzidas são melhores, e sobre elas fundam uma ordem produzida. Os adversários destes, por sua vez, preferem as instituições espontâneas cuja primazia dá origem a uma ordem também ela espontânea.

O último nível trata do resultado destas preferências. Se os primeiros, os planejadores, se sobressaem, então a consequência é o totalitarismo, entendido como a supressão cada vez maior das liberdades individuais. Se os segundos, os adversários do planejamento, obtêm êxito, então decorre disto o melífluo paraíso terrestre já posto em versos por Bernard de Mandeville. Notem que a concepção de liberdade de Hayek destoa da concepção de liberdade negativa clássica. Na verdade, ela soa como o exato oposto da concepção de liberdade positiva. Para ele, liberdade é a ausência de autodeterminação. Cito novamente o economista neoliberal: “Liberdade significa que, em alguma medida, confiamos nosso destino a forças fora do nosso controle” (Hayek 1985b, p.32).

2. Ordens espontâneas e teoria da evolução

Esta série de divisões dicotômicas não é estanque. A sociedade evolui e Hayek relata esta evolução com sua filosofia da história, igualmente binária. Quando os homens andavam em bando, em uma horda com pouca ou nenhuma divisão do trabalho, os homens não precisavam reconhecer os limites de sua razão. Eles lidavam com cenários simples, com poucas variáveis, e podiam calcular as consequências de suas escolhas. Em outras palavras, eles podiam planejar uma caça em uma floresta. Um comando central poderia dividir os encargos e benefícios desta atividade. As instituições, caso se possa usar tal nome para designar arrumações sociais tão rudimentares, podiam ser projetadas inteiramente, servindo de forma intencional e consciente para obter determinados fins.

Mas, na medida em que a sociedade evolui e se complexifica, os homens passam a lidar com um volume cada vez maior de informações, em situações

com um número cada vez maior de variáveis. Neste novo ambiente o mesmo procedimento se revelaria ineficaz, para não dizer mortífero. As pessoas não podem decidir como trocar mercadorias ou quanto produzir de cada uma delas da mesma forma como organizaram outrora uma caça. Comando central nenhum é capaz de reunir as informações necessárias para isso. E os homens estariam até hoje correndo atrás de presas e fugindo de feras caso dependessem unicamente das capacidades de seus intelectos. A sorte deles é que algo ocorre às suas costas.

Por meio de nossas ações, como uma espécie de efeito colateral delas, de forma semelhante ao desdobramento da astúcia da razão da qual fala Hegel, pois de modo algum intencional ou planejado, os homens vão instituindo uma série de regras de conduta que se mostram eficazes, que fazem com que eles se tornem mais aptos, que seus grupos obtenham vantagens. Inovações úteis ficam e se disseminam. O resto é passageiro: do mesmo modo que surge perece. Trata-se, como se pode ver, da teoria da seleção natural aplicada à evolução social. Hayek fala de teoria da seleção cultural, pois ela contém algumas diferenças frente ao modelo darwiniano.² O fato é que a teoria da evolução de Hayek, baseada nesta ideia da seleção cultural, se mescla com a teoria da ordem espontânea. O resultado é que quanto mais a sociedade evolui, tornando-se complexa, mais ela precisa e deve ser uma ordem espontânea, depender de instituições que se autorregulem, que não precisem de planejamento ou controle.³

O problema é que a civilização, aos olhos do austríaco, encontra-se numa encruzilhada: desde o começo da modernidade ganha força o construtivismo racionalista e seu ímpeto de planejar, planificar, controlar tudo. E agora o socialismo, esta doutrina que leva o construtivismo às suas últimas consequências, pode implodir a liberdade, a sociedade complexa, a civilização. É contra isto que Hayek faz sua cruzada. Nela os filósofos modernos como Hobbes e Descartes são responsáveis pelo retorno ao antropomorfismo, às formas animistas de pensamento (Hayek 1985a, p.4). Já aqueles que se opõem ao sistema de mercado, cito Hayek, “não são os portadores de uma nova moral, mas sim os não domesticados ou incivilizados, que jamais assimilaram as normas de conduta em que se funda a Sociedade Aberta e a ela pretendem impor suas concepções ‘naturais’ instintivas, oriundas da sociedade tribal” (Hayek 1985b, p.174). Eles são incapazes de reconhecer que só o mercado livre pode dar sustentação a uma sociedade com tamanha complexidade, no que está incluso, é claro, o mercado de trabalho. Não passam de bárbaros exigindo salário mínimo, selvagens demandando seguro desemprego, silvícolas clamando por aposentadoria, como se tudo isto

pudesse ser decidido pela comunidade reunida em torno da fogueira, enquanto se assam as carnes obtidas na última caça.

3. Críticas conclusivas

A construção teórica de Hayek, convenhamos, é um tanto elegante. Ela tem lá sua graça. Sua simplicidade é sedutora. Sobretudo por um aspecto em certa medida paradoxal: ao mesmo tempo em que ela reconhece a complexidade da situação, a impossibilidade de conhecer racionalmente tudo o que seria preciso para lidar de forma adequada com ela, ela permite uma resposta extremamente simples, para não dizer astuciosa, para praticamente todos os problemas: a não intervenção, a confiança nos mecanismos que se autorregulam, a benfeitoria mão invisível. Mas não nos deixemos iludir, antes, lembremo-nos da sabedoria de Mencken: “para cada pergunta sutil e complexa há uma resposta perfeitamente simples e clara: a que está errada”. O mundo é complexo demais para ser apreendido nas duas caixinhas das classificações binárias.

Há uma série de questões que torna pouco acurada, ou demasiado indeterminada, a crítica de Hayek ao planejamento. A primeira diz respeito às suas divisões dicotômicas. Elas são contínuas ou discretas? Entre o uso da razão que reconhece os limites dela e aquele que não reconhece há instâncias intermediárias? Há terceiras, quartas, quintas teorias possíveis que não sejam construtivistas racionalistas e nem evolutivas? Há instituições e ordens que possam ser em parte espontâneas e em parte produzidas? Hayek parece não dar elementos textuais para lidar com este problema. No mais das vezes, sua distinção parece ser discreta. Trata-se de oito ou oitenta, de sim ou não, de preto ou branco. A teoria de Hayek fica mais coerente assim, mas também muito mais pobre. Nunca houve um mercado livre no sentido em que os neoliberais dão ao termo. Mesmo o mercado, a mais espontânea das instituições, sempre obedeceu a infundáveis regulamentos que delimitam o horário de abertura e fechamento das feiras, o peso dos produtos, a quantidade de metal que devem conter as moedas, etc. Ainda que ele não seja o resultado intencional da ação de um único homem, é claro que ele é formado também por ações conscientes, feitas com objetivos estabelecidos. Se assumirmos que a distinção é contínua, contudo, a crítica perde muito de sua razão, em parte pelo que veremos adiante.

O segundo ponto cego da doutrina de Hayek diz respeito à relação entre evolução e planejamento. Hayek afirma que regras de conduta e instituições

permanecem na medida em que se mostram eficazes, tornando o grupo que a adota mais forte. Cito uma passagem:

‘Aprender a partir da experiência’, entre homens não menos que entre animais, não é um processo essencialmente de raciocínio, mas de observância, disseminação, transmissão e aperfeiçoamento de práticas que se impuseram porque deram bom resultado — em geral não porque propiciaram algum benefício identificável ao indivíduo que agia, mas porque aumentaram as possibilidades de sobrevivência do grupo a que este pertencia. (Hayek 1985a, p.13)

Mas Hayek parece não se dar conta que este argumento cai muito bem na defesa do planejamento. O defensor da intervenção governamental no mercado pode muito bem declarar: “havia uma situação calamitosa, parte da população passava fome, padecia de doenças terríveis, abrigava-se de forma rudimentar (e isto de modo algum seria mentira para, por exemplo, a Inglaterra de meados do século XIX), até que, meio por acaso, na base da tentativa e erro, criou-se uma série de mecanismos de seguridade: salário mínimo, aposentadoria, férias, décimo terceiro, seguro-desemprego. O resultado é que a população tornou-se mais forte e saudável, a situação social ficou mais estável, enfim, a sociedade como um todo prosperou. O planejamento ou a intervenção não foi ele mesmo inteiramente projetado, mas algo que surgiu em parte espontaneamente, e na medida em que deu certo, mostrando-se eficaz, ele foi se disseminando e sendo adotado também por outros grupos e também em outras situações”. Isto não contradiz a teoria da evolução cultural tal como defendida por Hayek. Pelo contrário, é sua consequência. Se o planejamento é adotado, se ele se dissemina, é porque ele se mostra eficaz, é porque ele torna o grupo que o adota mais forte. E contra isto não adianta levantar bravatas. E aqui chegamos a aquele momento dialético maravilhoso: o defensor do planejamento agora defende o resultado da evolução espontânea da sociedade, o qual conduziu até a interferência governamental no mercado de trabalho. Hayek defende outra forma de intervenção, que vai contra tal evolução espontânea. Ele prega que devemos projetar as instituições, produzi-las de tal forma que se tornem autorreguladas. Ele quer, paradoxalmente, criar instituições que sejam espontâneas.

O terceiro ponto serve de explicação ao equívoco do segundo. Hayek toma a teoria das ordens espontâneas, desenvolvida em parte por Hume e Smith, em parte pelo historicismo, como equivalente da teoria da evolução, ainda que baseada na seleção cultural e não na natural. Mas elas são teorias muito diferentes.

A teoria das ordens espontâneas não afirma que estas ordens são mais capazes de sobreviver do que as ordens produzidas. Ela é coerente: serve em um momento como explicação da gênese de certas instituições, tendo caráter descritivo, e, em outro, prescritivo, afirma que elas são necessárias às sociedades complexas, e que respeitá-las é um meio de salvaguardar liberdades. Mas ela diferencia fatos e valores. Para atacar o primeiro momento é preciso trazer evidências históricas que a desautorizem. Para atacar o segundo é preciso debater preferências, concepções de vida boa e de justiça. É Hayek quem não diferencia os momentos, e o faz pelo acréscimo da ideia de seleção cultural: ele parece afirmar que a seleção cultural mostra que as ordens espontâneas são eficazes, e as ordens produzidas não. Mas este tipo de afirmação é especulativa, no pior sentido possível. Ela é indemonstrável, para não dizer simplesmente que vai contra todas as evidências.

Para Hayek o planejamento é errado por se propor a fazer algo impossível. Na medida em que interfere num mecanismo que se autorregula, o mercado, ele faz com que este mecanismo não funcione bem. Como ele não funciona bem, a sociedade complexa que depende dele definha. Não sobrevive ao teste do tempo, não se adapta às circunstâncias e perece. Mas isto só poderia ser descrito, e, como tal, só poderia ser afirmado no final do acontecimento. Nem o mais insano leitor de Darwin pretende dizer, *ex ante*, quais mutações terão sucesso ou não. Seria preciso um intelecto divino, desses que Hayek combate com carradas de razão, para conseguir calcular todas as variáveis possíveis e dizer se algo surgido ao acaso pode durar ou não. Aves que não voam; mamíferos com bico, pena e que botam ovos; bípedes que falam e não se entendem: a natureza é pródiga em casos improváveis. O quarto ponto cego da crítica de Hayek é que sua teoria da evolução funciona na base de prognóstico e suposição.

Por fim, o quinto ponto é a falácia naturalista. Ainda que Hayek tivesse sido bem sucedido na tentativa de mostrar a gênese espontânea de certas instituições, e, o que é muito mais difícil, que ele obtivesse êxito em mostrar que elas se adaptaram melhor às circunstâncias, isto não implica que deveríamos promovê-las. O campo da prescrição é valorativo. Decorre de preferências, das finalidades que são escolhidas. O argumento tecnocrático de Hayek, de que os defensores do planejamento cometem erros científicos, estão mal informados, usam a razão de modo não civilizado, não se sustenta. Suas deficiências são manifestas. Mas argumentos trôpegos também se adaptam muito bem a circunstâncias específicas, especialmente quando ajudam os grupos fortes a ficarem ainda mais fortes.

Apoio

Esta pesquisa foi realizada durante estágio de pós-doutorado na UFMG.

Texto preparado para ser apresentado na reunião do GT de Teorias da Justiça, ocorrido durante o *X Principia International Symposium*, em Florianópolis, no dia 16 de Agosto de 2017. A pesquisa da qual este trabalho é parte pretende fazer uma espécie de introdução crítica às principais correntes teóricas do pensamento contemporâneo de direita (neoliberalismo, libertarianismo, neoconservadorismo). Sugestões, objeções e críticas são especialmente bem-vindas.

Referências

- Angner, E. 2004. Did Hayek Commit the Naturalistic Fallacy? *Journal of the History of Economic Thought* 26(3): 349–61.
- . 2006. Response to Caldwell and Reiss's 'Hayek, Logic and the Naturalistic Fallacy'. *Journal of the History of Economic Thought* 28(3): 371–3.
- Caldwell, B.; Reiss, J. 2006. Hayek, Logic and the Naturalistic Fallacy. *Journal of the History of Economic Thought* 28(3): 359–70.
- Dardot, P.; Laval, C. 2016. *A Nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Fiani, R. 2002. Uma crítica dos mecanismos de variação e seleção no conceito de ordem espontânea de Hayek. *Revista de Economia Contemporânea* 6(2): 7–35.
- Gaus, G. F. 2006. Hayek on the evolution of society and mind. In: E. Feser (ed.) *The Cambridge Companion to Hayek*. Cambridge University Press.
- Hayek, F. A. von. 1985a. *Direito, legislação e liberdade. Volume I: Normas e ordem*. São Paulo: Visão.
- . 1985b. *Direito, legislação e liberdade. Volume II: A Miragem da justiça social*. São Paulo: Visão.
- . 1985c. *Direito, legislação e liberdade. Volume III: A Ordem política de um povo livre*. São Paulo: Visão.
- Hodgson, G. M. 2006. Hayek, evolution, and spontaneous order. In: E. Feser (ed.) *The Cambridge Companion to Hayek*. Cambridge University Press.
- Mariutti, E. B. 2016. A Sobrevivência do maior número: notas sobre o pensamento de Hayek. *Novos Estudos CEBRAP* 35(3): 53–64.
- Mirowski, P. 2007. Naturalizing the market on the road to revisionism: Bruce Caldwell's Hayek's challenge and the challenge of Hayek's interpretation. *Journal of Institutional Economics* 3(3): 351–72.

Notas

¹Angner (2004) tenta defender Hayek da objeção de ter cometido uma falácia naturalista diferenciando três possíveis interpretações da obra de Hayek, uma fortemente

normativa (“ordens evoluídas são desejáveis”), uma meramente descritiva e outra fracamente normativa (porque probabilista, “ordens evoluídas tendem a ser desejáveis”), que é a que ele defende. Para livrar Hayek da objeção, no entanto, Angner precisa introduzir premissas valorativas no argumento hayekiano, de modo que a divergência com os adeptos do planejamento seja *também* de valores, e não *apenas* sobre fatos, o que claramente contradiz a passagem de Hayek, citada no presente trabalho, que afirma que um dos mais importantes resultados de sua investigação é mostrar que a divergência pode ser resolvida cientificamente. Caldwell e Reiss (2006) criticam a tripartição das interpretações possíveis de Hayek, afirmando que ele diferencia claramente suas afirmações descritivas daquelas normativas, pois estas últimas “foram baseadas em argumentos sobre os efeitos de instituições econômicas e sociais específicas sobre a liberdade individual e sobre a descoberta, preservação, transmissão e coordenação do conhecimento” (Caldwell e Reiss 2006, p.366). Ora, se este é o caso o conflito inteiro com os adeptos do planejamento é valorativo, diz respeito à concepção de liberdade que se quer promover, assim como sobre o melhor uso do conhecimento em uma sociedade, e logo não pode ser resolvido cientificamente — ao contrário do que pensava explicitamente o próprio autor em questão. Uma vez que Hayek afirma que: 1) As diferenças entre socialistas e não socialistas são passíveis de solução científica, pois baseadas em fatos e não em valores; 2) A doutrina socialista é falsa por causa de sua compreensão errônea das forças que tornaram possíveis a civilização; pode-se concluir que a compreensão adequada das forças que tornaram possíveis a civilização, por parte dos socialistas, levaria ao fim da querela. Ora, Hayek só escapa da falácia naturalista se interpretarmos que o debate é sobre a origem das instituições, e não sobre o modo como elas devem funcionar. Assim, ou Hayek comete a falácia, ou sua crítica inteira é apenas uma reedição das críticas historicistas às teorias do contrato social, sem nenhum efeito prático imediato. Tanto Angner quanto Caldwell e Reiss parecem desconsiderar inteiramente a afirmação 1, tomando a querela como se esta se desse inteiramente no campo prescritivo. Angner (2006), em sua tréplica, volta a discorrer sobre as fraquezas da interpretação meramente descritiva. Sobre o debate, conferir também a resenha de Mirowski (2007) sobre livro posterior de Caldwell.

²De acordo com Fiani (2002, p.25), o modelo de evolução cultural proposto por Hayek difere do modelo de evolução biológica proposto por Darwin em quatro aspectos: “(i) A evolução cultural baseia-se na herança de características adquiridas, ‘rules guiding the mutual relations among individuals which are not innate but learnt’, ao contrário da teoria biológica que exclui a possibilidade de herança de características adquiridas. (ii) A evolução cultural é provocada pela transmissão de práticas, não apenas pelos pais do indivíduo, mas por todo o ambiente social que o cerca. (iii) Por se basear no aprendizado e na transmissão de práticas na sociedade, o processo de evolução cultural é muito mais rápido do que o processo biológico. (iv) Finalmente, o processo de seleção cultural opera sobre os grupos sociais, e não sobre os indivíduos, como no caso da seleção biológica, na qual a ideia de seleção grupal ainda está em discussão.”

³Há extensa literatura sobre o uso da teoria da evolução por Hayek. Destacam-se, criticamente, os artigos de Fiani (2002) e Hodgson (2006), para uma defesa de Hayek